

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E SEXUALIDADES

TRABALHO DE CUIDADO, FAMÍLIAS E PESSOAS IDOSAS NO BRASIL: uma aproximação com o tema

CARE WORK, FAMILIES AND ELDERLY PEOPLE IN BRAZIL: an approach to the topic

Cassia Maria Carloto¹
Jessica Pedrosa Mandelli²
Nayara Cristina Bueno³
Valdirene Aparecida Scodro Peixoto⁴

RESUMO

No contexto neoliberal, familista e maternalista tem se delegado às mulheres a responsabilidade do cuidado dos membros da família que apresentam algum grau de dependência, entre eles as pessoas idosas. Com objetivo de problematizar a questão do cuidado a pessoas idosas no Brasil foi realizada uma pesquisa de natureza qualitativa, que contou com revisão bibliográfica sobre o tema do cuidado na literatura feminista, especialmente, na vertente teórico-crítica e o levantamento de dados nas agências de notícias do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a partir dos seguintes elementos: demografia, arranjos familiares e políticas sociais voltadas a pessoa idosa. Identifica-se o aumento da população idosa, a diversidade de arranjos familiares e ausência de políticas voltadas a essa população, o que tem ampliado as demandas das mulheres, uma vez que a divisão sexual do trabalho tem fundamentado a responsabilização delas pelo cuidado.

Palavras-chave: Cuidados; Pessoa Idosa; Trabalho não pago.

ABSTRACT

In the context of neoliberalism, familism and maternalism in protective policies, women have been delegated the responsibility of caring for family members who have some degree of dependence, including elderly people. With the aim of problematizing the issue of care for elderly people in Brazil, qualitative research was carried out, which

¹ Docente da Universidade Estadual de Londrina. Doutora em Serviço Social. E-mail: cmcarloto@gmail.com

² Docente do Centro Universitário Filadélfia - UNIFIL e da PUC PR em Londrina/PR. Doutoranda em Psicologia. E-mail: jessicamandelli@hotmail.com

³ Docente da Universidade Estadual do Centro-Oeste. Doutora em Ciências Sociais Aplicadas. E-mail: nbueno@unicentro.br

⁴ Assistente Social na Prefeitura Municipal de Itambé-PR. Mestre em Serviço Social e Política Social. E-mail: vaspeixoto@hotmail.com

included a bibliographical review on the topic of care in feminist literature, especially in the theoretical-critical aspect and data collection in health care agencies. news from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) based on the following elements: demography, family arrangements and social policies aimed at elderly people. The increase in the elderly population, the diversity of family arrangements and the absence of policies aimed at this population are identified, which has increased the demands of women, since the sexual division of labor has supported their responsibility for care.

Keywords: Care; Aging; Unpaid work..

1 INTRODUÇÃO

Mudanças demográficas, nas configurações das famílias e a permanência de perspectivas neoliberais, familistas e maternalitas nas políticas sociais tem ampliado as necessidades de cuidados, ao mesmo tempo, que diminui as possibilidades de uma resposta privada, no âmbito das famílias, no atendimento a essas demandas.

Esse trabalho tem como objetivo problematizar a questão do cuidado a pessoas idosas no Brasil. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica sobre o tema do cuidado na literatura feminista, especialmente, na vertente teórico-crítica e o levantamento de dados nas agências de notícias do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O debate sobre cuidado surgiu com força como uma área específica de estudos e demandas feministas na América Latina no século XX. Estes estudos são originados de debates europeus em torno do trabalho doméstico não remunerado e o trabalho produtivo e seus vínculos com o sistema econômico e fornecem um importante aporte para as reflexões sobre as desigualdades de gênero, tendo como uma das categorias centrais a divisão sexual do trabalho (Navarro e Rico 2013).

No Brasil o debate e a produção em torno do tema ganham importância e protagonismo nas pesquisas em função das medidas neoliberais que vão marcar a conjuntura econômica e política a partir dos anos 1980. No contexto de forte familismo e maternalismo nas políticas protetivas, tem se delegado às mulheres a responsabilidade do cuidado dos membros da família que apresentam algum grau de dependência: crianças, adultos maiores, enfermos crônicos e pessoas idosas.

Bengoa (2018), ao comentar como os cuidados são inerentes a vida humana, parte fundamental da reprodução social, de pessoas e da vida humana, destaca que todos os

processos e relações que participam da reprodução social não são neutros, são atravessados pelas diversas relações de poder: heteropatriarcais, capitalistas, de raça/etnia.

O trabalho de cuidados apresenta um significado duplo. Por um lado, no nível macro, constitui um elemento fundamental para a reprodução social e, por outro, no nível individual, é parte constitutiva da nossa condição humana e determina, em grande medida, a vida das pessoas, com diferenças notáveis entre mulheres e homens (Picchio, 2010). Isto se traduz em uma tensão tripla: a que se produz entre a suposta autonomia da produção capitalista e sua necessidade de trabalho não monetizado, a que emerge no terreno da vida cotidiana entre homens e mulheres, e a tensão interna em que vivem as mulheres ao terem que se deslocar continuamente de seu papel de cuidadora no âmbito doméstico a um mundo mercantil que funciona com parâmetros masculinos de eficiência e competitividade (Carrasco, 2016, apud Bengoa, 2018, p. 49).

Segundo Faur (2014), a concepção de organização do cuidado está relacionada a intersecção entre as instituições que regulam e provêm serviços e os modos com os quais os lares de distintos níveis socioeconômicos e seus membros se beneficiam deles.

O cuidado é, assim, parte da organização social e, como diz Esquivel *at al* (2012), para entendê-lo, é necessário prestar atenção não só aos aspectos microssociais, mas também entender o papel das políticas sociais na “provisión y regulación de relaciones de cuidado, actividades y responsabilidades, asignados a diferentes instituciones y sujetos

A perspectiva familista e maternalista presentes na proteção social brasileira, penaliza as famílias e principalmente as mulheres ao delegar ao elas a responsabilização dos cuidados que não é visto como um direito que o Estado deve prover, mas como uma obrigação da família.

É imprescindível abordar o cuidado como direito de cidadania, que deveria ser garantido por um sistema de proteção social, de caráter universal, não contributivo e desmercadorizável. Trata-se de um aspecto essencial para a superação das desigualdades de gênero e uma importante ferramenta para modificar a divisão sexual do trabalho. Segundo Pautassi (2013), o reconhecimento do cuidado como direito implica incorporar padrões e princípios na atuação de Estados democráticos em situações concretas, e também contribui para a consecução de políticas e práticas equitativas, ao mesmo tempo se aportam indicadores para a verificação de seu cumprimento, os quais cobram uma centralidade indiscutível para garantir os direitos de cada pessoa de cuidar e cuidar-se, como também para quem necessita de cuidados.

A abordagem de direitos para Pautassi (2013, p.111), “explicita o reconhecimento da relação direta existente entre direito, o empoderamento das titulares, a obrigação correlativa entre os sujeitos e o Estado, podendo restabelecer dessa maneira equilíbrios em situações marcadamente desiguais”. Para Pautassi (2013), é fundamental reconhecer o direito ao cuidado como um direito universal, e não uma particularidade, tanto para quem cuida como para quem é cuidado. Se trata de um direito universal que transcende o particular. Este reconhecimento seria um primeiro passo para a distribuição de responsabilidade de cuidado entre todos os membros da sociedade e não só das mulheres, “já que precisamente estamos reconhecendo que é um direito de todas e todos que nos inclui, nos protege, nos empodera e também nos obriga” (Pautassi, 2013, p. 115).

2 CUIDADOS, PESSOAS IDOSAS E PROTEÇÃO SOCIAL

O envelhecimento populacional crescente é considerado um fenômeno que atinge o mundo todo, incluindo o nosso país. Conforme explicam Brasil, Barcelos, Arrais e Cárdenas (2013) o Brasil está vivenciando um processo de transição demográfica profunda devido, principalmente, pela queda da fecundidade que se iniciou nos anos 1960, aumento de famílias uniparentais, associado ao envelhecimento progressivo e acelerado, como indicam os levantamentos demográficos realizados.

Conforme apontado pela Agência IBGE (2023) no ano de 2022 a população do Brasil indicou ter 10,9% de pessoas com 65 anos ou mais de idade, isso indica uma alta de 57,4% se comparado com o ano de 2010, quando esse contingente era de 7,4% da população, esse aumento é extremamente significativo e indica uma modificação sobre a estrutura demográfica.

Já a população idosa de 60 anos ou mais, como aponta a Agência IBGE (2023), contou com 32.113.490 pessoas, dado que representa 15,6% da população brasileira. Se comparado ao ano de 2010 tivemos um aumento de quase 5%, representando 10,8% (20.590.597) da população.

Sobre a mudança demográfica que gera uma inversão da pirâmide etária do país, a Agência IBGE (2023) explica que a base da pirâmide foi se estreitando com o passar dos anos, tal modificação passa a ser visível a partir dos anos 1990, e perde claramente seu formato

piramidal a partir dos anos 2000, relacionada principalmente, pela redução da população jovem e o aumento crescente da população adulta e idosa.

Além do estreitamento da base da pirâmide, podemos notar o crescimento do seu topo, a exemplo disso destaca-se que em 1980 a população com 65 anos ou mais era de apenas 4,0%, já em 2022 é de 10,9%, sendo esse o maior percentual encontrado nos Censos Demográficos, e conforme a tendência contínua esses números crescerão ainda mais. Em contrapartida, a população de até 14 anos que era de 38,2% em 1980 passou para 19,8% em 2022, com esses dados é possível visualizar e compreender as mudanças sofridas à pirâmide etária brasileira. (Agência IBGE, 2023).

Sobre os dados da pessoa idosa levantados pelo IBGE (2022) salientamos que dessas 32.113.490, 17.887.737 (55,7%) eram mulheres e 14.225.753 (44,3%) eram homens, indicando assim, um percentual de mais de 10% de pessoas idosas mulheres. Sobre esse fato, a BBC News (2022) cita que em todo o mundo os homens são menos longevos, mas, na América Latina de forma geral, esse fenômeno é ainda mais acentuado. Entre algumas está o fato de que os homens são proporcionalmente mais atingidos por questões derivativas da violência urbana, também são a maioria das vítimas fatais em acidentes de trânsito, outro indicador importante é que os homens tendem a cuidar menos de sua própria saúde.

Agência Brasil (2023)⁵ revela, a partir dos dados do Censo 2022, que a expectativa de vida geral ficou em 75,5 anos, sendo que para as mulheres a expectativa chega a 79 anos e para homens 72 anos. Dessa forma, houve uma recuperação parcial aos anos de 2021 e 2022 onde houve quedas das expectativas de vida, devido principalmente, a mortalidade em decorrência a pandemia Covid-19, atraso na vacinação, circulação de Fake News, entre outros acontecimentos que corroboraram para aumento de vítimas.

Outro dado importante para os interessados sobre o envelhecimento, é o índice de envelhecimento. Conforme o IBGE (2022) no ano de 2022 o índice foi de 55,2, já no ano de 2010 o índice era de 30,7, tendo assim um aumento significativo do dado. Explica-se que quanto maior o valor do índice de envelhecimento, mais envelhecida está a população. Com esse índice, no ano de 2022 entende-se que há 55,2 pessoas com 65 anos ou mais para cada 100 crianças de 0 a 14 anos de idade. (Agência IBGE, 2023).

⁵ Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38186-censo-2022-numero-de-pessoas-com-65-anos-ou-mais-de-idade-cresceu-57-4-em-12-anos#:~:text=A%20idade%20mediana%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o,%C3%ADndice%20era%20de%2030%2C7.>

Sobre a questão de raça/etnia conforme os dados divulgados por reportagem da CNN a partir da PNAD⁶, houve aumento da população preta, sendo a representatividade de 10,6%, anteriormente em 2012 era a porcentagem de 7,6 e em 2018 de 8,6. Já a cor ou raça 2022 mais declarada do país foi a parda com 45,3%, seguida pela branca com 42,8%. Dessa forma a porcentagem de pretos e pardos totalizam 55,9%.

Conforme o Portal do Envelhecimento (2022) o Brasil é negro, mas, o envelhecimento é branco, pois, mesmo a maioria da população sendo preta ou parda, quando se trata de pessoas com sessenta anos ou mais apenas 48% são idosas negras ou pardas. Segundo o Portal do Envelhecimento, historicamente as pessoas idosas negras sofrem mais com a discriminação, tendo uma trajetória marcada pelo racismo, machismo e etarismo.

Como expõe reportagem de Diego Alejandro na revista Veja em junho de 2023, a partir de dados do Instituto Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap)⁷, além das pessoas pretas e pardas sofrerem sistematicamente os impactos do racismo estrutural ao longo de toda a sua vida, que oprime, nega direitos básicos, e humilha, quando são idosos. Isso inclui todas as pessoas com quem se pode contar, principalmente nos momentos de dificuldades e conflitos

As famílias brasileiras estão em constante mudança nas suas configurações, determinantes econômicos, sociais, ambientais e históricos influenciam no modo de se constituir os laços familiares, bem como na sua permanência ou rompimento. Para além do âmbito do domicílio, a família inclui todas as pessoas com quem se pode contar, principalmente, nos momentos de dificuldades e de conflitos.

Esses modelos estão sustentados na divisão sexual do trabalho que separa o trabalho de homens e mulheres. Para eles o trabalho produtivo, realizado fora do âmbito público que exige intelectualidade e organização política, valorizado e reconhecido socialmente. Como consequência de um padrão de valores engendrado na naturalização das atribuições das mulheres na esfera dos cuidados intrafamiliares, o trabalho reprodutivo realizado, especialmente, no ambiente doméstico-familiar, está vinculado a ideais de amor e afeto, invisível e desvalorizado. Esse padrão também está presente no desenho das políticas públicas de cunho conservador.

⁶ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/populacao-que-se-declara-preta-aumenta-em-2022-e-sobe-para-106-diz-ibge/>.

⁷ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/saude/desigualdade-racial-impacta-envelhecimento-da-populacao-negra>.

Neste âmbito, destacamos as famílias que contam com pessoas idosas na sua constituição, especialmente, em seus domicílios, tendo em vista que essa é a forma de abordagem dos Institutos de Pesquisa no Brasil. Dados do IBGE (2023), apontam que a sociedade brasileira conta com 32.113.490 pessoas idosas, ou seja, pessoas com 60 anos ou mais, o que corresponde a 15,6% da população.

Segundo dados do IBGE (2021), o número de pessoas idosas casadas caiu de 55% em 2006 para 52% em 2020, enquanto que os desquitados, divorciados, separados, viúvos e solteiros aumentaram. Isso também repercutiu no número de idosos em unidades domésticas unipessoais, pois, de um total de 74,1 milhões de domicílios no país, 15,9% (ou 11,8 milhões) tinham apenas um morador em 2022. Destes, 41,8% eram preenchidos por pessoas idosas. Entre as unidades da federação, os destaques são o Rio de Janeiro e São Paulo. (PNAD, 2022).

Outro dado do BID (2023) dialoga com os dados de unidades unipessoais de idosos, pois, apresenta que 14% das pessoas acima de 65 anos do Brasil moram sozinhas, com diferenças de gênero: 9% de homens e 18% de mulheres. Considerando que o principal pilar do sistema de proteção social brasileiro é a família, identificamos que as pessoas idosas podem estar ampliando e fortalecendo as suas relações com a comunidade, especialmente, com grupos de amigos, religiosos e instituições sociais.

Em outro contexto estão as famílias chefiadas por pessoas idosas que cresceu mais de 50% entre os anos 2001 e 2015, tendo aumentado de 5,88% para 9,2%. (Brasil, 2021), bem como o crescimento de famílias com avós e netos (sem a presença de pais biológicos). O crescimento de famílias de mais de duas gerações também é apontado por estudo de Beltrão, Camarano e Mello (2005) que observaram que o crescimento dessa proporção passou de 17,5% em 1992 para 19,3% em 2002, especialmente com chefe de família pessoa idosa, filhos e netos.

O papel social da pessoa idosa tem se modificado, bem como as suas responsabilidades pela manutenção e gestão do domicílio. Apesar de mais de 85% das pessoas acima de 65 anos receberem uma aposentadoria, a renda pessoal de 69% das pessoas idosas em 2020 era de até dois salários mínimos. Em 2010, 34,16% das pessoas idosas viviam em domicílios com renda per capita mensal de até meio salário-mínimo, ou seja, as pessoas tem vivido mais, porém, em piores condições de renda.

Nessa situação, a taxa de ocupação das pessoas idosas tem crescido, especialmente, a partir de 2015, passando de 6,9% para 8,2% em 2019, do total de pessoas ocupadas no país.

Além disso, ocorreu um aumento recente da proporção de idosos com filhos no Brasil, de 68% em 2006 para 73% em 2020. (Brasil, 2021).

Outra questão a ser observada, é que as famílias estão cada vez menores, devido a taxa de fecundidade e o número de filhos/as ter diminuído. Esse fato, articulado com a ampliação da participação das mulheres no mercado de trabalho, pressupõe menos tempo da família, e nela das mulheres, para cuidar. Por outro lado, a razão de dependência de pessoas idosas tende a aumentar quatro vezes de 2000 (13,1) ao valor projetado para 2050 (52,1), o que indica que a população em idade produtiva deve sustentar uma grande proporção de dependentes. (Brasil, 2021).

Outro dado sobre a razão de dependência do BID (2023) demonstra que 0,5% das pessoas com 65 anos ou mais estão em situação de dependência funcional, e a porcentagem sobe para 29% entre os idosos com mais de 85 anos. Em termos absolutos, isto significa mais de 2 milhões de pessoas com mais de 65 anos e com dificuldades para realizar atividades básicas da vida diária, sendo que este número pode chegar a mais de 6 milhões de pessoas até 2050.

Contudo, a oferta dos serviços públicos não tem aumentado na mesma proporção, uma vez que apenas 2% das aproximadamente 7.000 instituições de longa permanência do país são públicas. Estas atendem a idosos com mais de 60 anos de idade, com diferentes graus de dependência, que não podem morar com as suas famílias.

Em relação aos centros-dias para pessoas idosas, segundo dados do BID (2023) em 2018 havia 1.640 centros registrados, em sua maioria concentrados na região Sudeste do país (com 961 centros), seguidos pelo Sul (395), Nordeste (131), Centro-Oeste (124), Norte (29). Ademais, em agosto de 2017 o número de idosos com deficiência ou dependência atendidos era de 14.485, isto equivale a 0,7% das pessoas idosas com dependência.

Em todo o país, há apenas 8.462 serviços de convivência voltados para pessoas idosas, distribuídos na Região Norte 15 (262), Região Centro-Oeste (648), Região Sul (1.538), Região Nordeste (1.996) e Região Sudeste (4.018). (BID, 2023). Aqui vale registrar a insuficiência de registros e dados sobre ILPIs e serviços para pessoas idosas, por exemplo, ações de Associações de moradores, Universidades Abertas à Terceira Idade, bem como o controle das instituições privadas.

Diante do exposto, percebe-se que o aumento do número de pessoas idosas residentes sozinhas deve estar acompanhado da ampliação dos serviços públicos de acompanhamento, lazer e suporte. Além de políticas públicas voltadas a mulheres idosas que cuidam de filhos/as

e netos/as, nas famílias intergeracionais que também tem se ampliado. A questão da renda e da pobreza de pessoas idosas no Brasil, bem como o processo de envelhecimento com qualidade é um outro debate a ser enfrentado, considerando a precariedade de trabalho, ausência de proteção social e de condições dignas de vida da população que tem repercutido nas vivências da velhice.

A política social, construída, na dimensão familista e maternalista, vai colocar a família como pilar central na proteção social. A mercadorização, a subsidiariedade, a focalização vão colocar nas mulheres a responsabilização e a gestão do trabalho de cuidados intrafamiliares não pagos. Isso vai ter um impacto negativo principalmente entre as famílias pobres de maioria negra. Quem tem alto poder aquisitivo vai recorrer ao mercado.

A família vem cobrindo as insuficiências do Estado, de acordo com Mioto, Campos e Lima (2006), por meio de seu papel no contexto do Estado de Bem-estar Social, e do seu “ressurgimento” com a crise atribuída a esse modelo de Estado numa situação de agravamento das exigências quanto à sua responsabilidade na provisão de bem-estar sem que haja, contudo, o provisionamento de condições suficientes para que isso possa ocorrer satisfatoriamente.

Ainda segundo as autoras, a família tem papel importante no arranjo da sociedade em seus aspectos políticos e econômicos, assim como na capacidade de produção de subjetividades. A família não é apenas uma construção privada, mas também pública e, sem dúvida, é ela que tem arcado com as insuficiências das políticas públicas, ou seja, é atravessada pela questão social (CAMPOS, 2004 in MIOTO, CAMPOS E LIMA, 2006)

Esse debate deve considerar o contexto sócio, econômico e político do sistema capitalista. Segunda Fraser (2017), há nesse sistema um subsistema econômico que depende de atividades socio reprodutivas fora dele, que formam uma de suas condições básicas de existência. Explica a autora, que as atividades de provisionamento, cuidado e interação que produzem e mantêm laços sociais, embora não lhes conceda valor monetário e os trate como se fossem livres, chamada de cuidado, trabalho afetivo ou subjetivação, formam os sujeitos humanos do capitalismo, sustentando-os como seres naturais corporificados e, ao mesmo tempo, constituindo-os como seres sociais. Ou seja, o trabalho de dar à luz e socializar os jovens é decisivo no processo, assim como cuidar dos idosos, manter lares e membros da família, construir comunidades e amparar os significados compartilhados, disposições afetivas e horizontes de valor que dão fundamento à cooperação social.

Nas sociedades capitalistas, grande parte dessa atividade ocorre fora do mercado, em residências, bairros, associações da sociedade civil, redes informais e instituições públicas, como escolas. Pouco disso assume a forma de trabalho assalariado. A atividade social reprodutiva não remunerada é imprescindível à existência do trabalho remunerado, à acumulação de mais-valia e ao funcionamento do capitalismo como tal. (Fraser, 2017)

Ainda segundo Fraser (2017), pelo menos desde a era industrial, as sociedades capitalistas separaram os trabalhos de reprodução social e de produção econômica. Atribuindo o primeiro às mulheres e o segundo aos homens, o sistema passou a remunerar as atividades “reprodutivas” na moeda do “amor” e da “virtude”, enquanto recompensava o “trabalho produtivo” com dinheiro.

As atividades reprodutivas têm sido conferidas, majoritariamente, às mulheres. No lançamento do Grupo de Trabalho sobre Cuidados do Ministério do Desenvolvimento Social, ocorrido em 22 de maio de 2023, a socióloga Maria Lucia Scuro, aprofundando o debate sobre cuidados na América Latina (Cepal) destacou os quatro nós estruturais dos problemas: desigualdades socioeconômicas/ persistência da pobreza, divisão sexual do trabalho, concentração de poder e padrão cultural patriarcal, se referindo ainda à sub-representação das mulheres.

Nesse mesmo evento, Carolina Miranda, gerente de projetos da Secretaria de Cuidados e Família (2024) também observou que, no Brasil, a concentração dos cuidados é nas famílias e, no seu interior, nas mulheres. Ressaltou que está havendo uma diminuição na capacidade das mulheres de cuidar ao passo que a demanda é alta: crianças e adolescentes, idosos, PCD. Há uma injusta e insustentável organização dos cuidados que produz desigualdades quando se analisa as horas dedicadas a esse trabalho entre os sexos. Para 30% das mulheres a principal razão para não procurar emprego é o trabalho doméstico não remunerado. Ressaltou também a transformação nas estruturas familiares com famílias menores. São as mulheres, especialmente as negras, as responsáveis pela oferta de cuidados no Brasil, seja de forma não remunerada, no espaço doméstico, seja no mercado de trabalho, de forma remunerada.

Destacou, ainda, que há iniciativas brasileiras no direito de cuidar e receber cuidados: licenças maternidade e paternidade, centros-dias, visitas domiciliares, bolsa família, BPC. Mas, são insuficientes. Há falta de vagas nas creches. As tendências demográficas apontam o envelhecimento da população e estagnação da necessidade de cuidados em crianças para 2040.

Destacou a feminização do envelhecimento com 50% a mais de mulheres. O grupo de idosos também ofertam cuidados. 68% das famílias tem um idoso de mais de 60 anos como referência.

Fraser (2017) destaca que esse embate, que muitos têm chamado de crise dos cuidados, é uma expressão mais ou menos aguda das contradições socio reprodutivas do capitalismo financeirizado. Ressalta que essa formulação sugere que as atuais tensões no cuidado não são acidentais, mas têm raízes sistêmicas profundas na estrutura de nossa ordem social. A atual crise da reprodução social indica algo podre não apenas na forma atual e financeirizada do capitalismo, mas na sociedade capitalista em si.

3 CONCLUSÃO

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS) o número de pessoas com idade superior a 60 anos chegará a 2 bilhões de pessoas até 2050, isso representará um quinto da população mundial. Segundo dados do Ministério da Saúde, o Brasil, em 2016, tinha a quinta maior população idosa do mundo, e, em 2030, o número de idosos ultrapassará o total de crianças entre zero e 14 anos.

Diante desses números é urgente pensar o desenvolvimento de políticas sociais de cuidados em saúde. Essas políticas sociais precisam abarcar uma diversidade de serviços que contribuam com a socialização dos cuidados, desde os hospitalares até os centros dias. Outro fator preocupante é o caráter familista e maternalista do sistema de proteção social, como já apontado, que neste momento não mostra tendência em mudar a curto prazo.

Há também o acirramento das medidas neoliberais cada vez mais privatizantes, mercadorizáveis e de desmonte de um sistema de políticas sociais. Isso significa que mais famílias e mais mulheres estarão dispendendo tempo e recursos materiais e imateriais para cuidar dos idosos dependentes no âmbito intrafamiliar. Isso continuará trazendo desafios a essas famílias e mulheres como, por exemplo, compatibilizar trabalho formal com o trabalho de cuidados, a sobrecarga de trabalho, o desgaste emocional, o aumento dos quadros depressivos e de adoecimento em geral. Chama-se a atenção também que com o aumento da longevidade há cada vez mais idosos cuidando de outros idosos, sem apoio de políticas sociais e também do próprio ambiente familiar.

REFERÊNCIAS

- BELTRÃO, K. I.; CAMARANO, A. A.; MELLO, J. L.. **Mudanças nas condições de vida dos idosos rurais brasileiros**: resultados não-esperados dos avanços da seguridade rural. Rio de Janeiro: Ipea, 2005.
- BENGOA, C. C. A Economia Feminista: um Panorama Sobre o Conceito de Reprodução. **Temáticas** 26, n. 52, agosto/dezembro 2018. pp. 31-68.
- BID, Banco Interamericano de Desenvolvimento. **Nota técnica 2677: Envelhecimento e atenção à dependência no Brasil**. PERONI, F. da M. P.; VERÍSSIMO, Larissa C. G.; SHIBATA, L. G.; ARANCO, N.. Disponível em: Envelhecimento-e-atenção-a-dependência-no-Brasil.pdf - Acesso em 06/11/2023.
- BRASIL, K. T. R.; BARCELOS, M. A. R.; ARRAIS, A. R.; CARDENAS, C. J.. A clínica do envelhecimento: desafios e reflexões para prática psicológica com idosos. **Revista Aletheia**, n.40. Canoas: 2013. pp.120-134.
- ESQUIVEL, L. El cuidado infantil em las familias, um análisis en base a la Encuesta de Uso del Tiempo de la Ciudad de Buenos Aires. In: ESQUIVEL, L; FAUR, Eleonor; JELIN, E. (Orgs.). **Las Lógicas Del Cuidado Infantil Entre Las Familias, El Estado y El Mercado**. Buenos Aires: Ides, 2012. pp. 73-103.
- FAUR, E.. **El cuidado infantil en in siglo XXI**: mujeres malabaristas em uma sociedade desigual. Buenos Aires: Siglo Veintiuno editores, 2014.
- FRASER, N.. **Para uma crítica das crises do capitalismo**: entrevista com Nancy Fraser. Perspectivas: Revista de Ciências Sociais, v. 49, 2017.
- NAVARRO, F. M., RICO, M.N. Cuidado y políticas públicas: debates y estado de situación a nível regional. In: PAUTASSI, L; ZIBECCHI, C. (Orgs.). **Las fronteras del cuidado**: agenda, derechos e infraestructura,. Buenos Ayres, Editora Biblos, 2013. pp. 27-58.
- IBGE, Agência de Notícias. **Número de pessoas com 65 anos ou mais de idade cresceu 57,4% em 12 anos**. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38186-censo-2022-numero-de-pessoas-com-65-anos-ou-mais-de-idade-cresceu-57-4-em-12-anos>
- Portal do Envelhecimento (2022). O Brasil é preto, mas, o envelhecimento é branco. <https://portaldoenvelhecimento.com.br/o-brasil-e-negro-mas-o-envelhecimento-e-branco/>
- MIOTO, R. C. T.; CAMPOS, M. S.; DE LIMA, T. C. S.. Quem cobre as insuficiências das políticas públicas?: contribuição ao debate sobre o papel da família na provisão de bem-estar social. **Revista de Políticas Públicas**, v. 10, n. 1, 2006. pp. 165-183.
- PAUTASSI, L. Perspectivas actuales en torno al enfoque de derechos y cuidado: la autonomia em tensión. In: PAUTASSI, L. (Org.) **Las fronteras del cuidado**: agenda, derechos e infraestructura. Zibbecchi C., Buenos Ayres: Editora Biblos, 2013. pp. 99-132.

PICCHIO, A.. III. Visibilidad Analítica y Política del Trabajo de Reproducción Social. In: PICCHIO, A. (Org.). **Mujeres y economía**: nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas, v. 147, 1999. pp. 201.